

PREFÁCIO*

A partir da segunda metade do século XX, a intensificação das transformações no mundo do trabalho no contexto da reestruturação produtiva, marcada pela crescente incorporação das novas tecnologias nos processos de trabalho por meio da microeletrônica e da informática, culminou, num primeiro momento, na automação de diferentes rotinas e dinâmicas produtivas, criando as condições históricas necessárias para a chamada 3ª revolução industrial. Ao modelo taylorista-fordista de produção, com sua rigidez e padronização uniforme de processos e produtos, somaram-se novas ferramentas, instrumentos e modelos de gestão e administração que apontam para uma integração horizontal dos trabalhadores e flexibilização da força de trabalho e dos processos e rotinas produtivas. Tais processos de flexibilização implicaram, e implicam, uma forte desregulação das relações trabalhistas com vistas à constituição de um trabalhador multifuncional, polivalente, flexível. Terceirização, subcontratação, fortalecimento dos *sindicatos por empresa*, com ênfase na livre negociação local, se sobrepõem aos *sindicatos de massa* e aos acordos coletivos de trabalho. A organização político-sindical dos trabalhadores é submetida a uma intensa corrosão em diferentes dimensões: social, política, cultural e de financiamento e autossustentação.

Na esteira desses processos muitas economias veem avançar novos sistemas produtivos sustentados na automatização total do *chão da fábrica*, por meio de sistemas ciberfísicos que utilizam de novos campos científicos e tecnológicos. Tem-se um acelerado desenvolvimento das novas linguagens computacionais, por meio de sistemas de redes, plataformas digitais, mídias sociais, que recorrem a áreas de conhecimento emergentes como a neurotecnologia, a nanotecnologia, a biotecnologia, a inteligência artificial, além de outras tecnologias digitais.

As novas bases de organização da produção acarretam consigo novos ritmos e novos modelos de gestão do trabalho de caráter gerencialista. Administração por Objetivos, Gerenciamento pelas Diretrizes, Gerência da Qualidade Total, Administração Estratégica, Gestão Holística, são alguns dos modelos que se disseminam em diferentes setores, impondo uma lógica gerencial sobre o trabalho, que traz como características, além de aspectos já mencionados anteriormente, processos gerenciais que colocam em destaque o planejamento estratégico aliado à avaliação voltada para a busca da eficiência e eficácia; a rápida adequação e atendimento às demandas o controle dos resultados e o estabelecimento de metas quantificáveis a serem perseguidas e alcançadas. Por caminhos diversos, o gerencialismo se propaga e se consolida em diferentes setores da produção e da vida social.

Coetâneo a todas essas transformações no mundo trabalho tem-se, igualmente, o avanço e a materialização do ideário neoliberal. Com efeito, o neoliberalismo é mais do que um conjunto de recomendações políticas e econômicas com vistas à organização do estado e das políticas públicas orientadas pela lógica do mercado, de modo a assegurar o pleno funcionamento deste mercado. Ele se configura como a expressão de novas bases

* DOI - 10.29388/978-65-6070-057-4-0-f.6-10

para as relações sociais, culturais, que engendram as instituições e organizações na sociedade, contribuindo para a produção de nova sociabilidade nas sociedades capitalistas contemporâneas, marcada pelo individualismo, pela competição e pela competitividade. Iniciativa, autonomia, criatividade, por vezes apontadas como elementos e características fundamentais nos processos de emancipação humana e transformação social; agora, sob a égide da lógica neoliberal-gerencial, são ressignificados e afirmados como pilares do empreendedorismo e do “sujeito empreendedor”, da empresa ou organização “empreendedora”.

Ao lado do receituário do livre mercado, da desregulamentação da economia, da privatização, do afastamento do estado nas políticas sócias por meio de políticas focalizadas, aprofundam-se os processos de globalização, transnacionalização das economias e incorporação dos modelos de gestão do setor privado nas instituições e organizações públicas. A administração orientada por resultados coloca no centro da gestão pública a perspectiva da *accountability*, enquanto estratégia de controle externo, na lógica da eficiência e eficácia com vista a uma maior produtividade dessas instituições e organizações. Como estratégia de incremento dessa produtividade passa-se a adotar, de um lado, mecanismos de punição diante de maus resultados, ou de resultados insatisfatórios alcançados; de outro lado, mecanismos de valorização, inclusive em termos remuneratórios, diante de resultados considerados exitosos.

Nesse contexto, nos processos de gestão do trabalho, a avaliação, igualmente centrada nos resultados, assume uma centralidade crescente, ao mesmo tempo em que se intensifica e incrementa práticas e processos sob a lógica da competitividade e da discriminação entre pessoas e entre instituições. Há, por meio desse elemento, mais um forte incremento dos modelos gerenciais e do gerencialismo no âmbito da gestão pública, semeando as bases da Nova Gestão Pública.

Em todos esses processos de profundas transformações sociais, econômicas, políticas e da produção, os organismos internacionais exerceram, e exercem, um papel importante enquanto instâncias chanceladoras e, ao mesmo tempo, indutoras de tais transformações, por meio de apoios técnicos e financeiros a diferentes países. Com efeito, desde o período pós-segunda guerra mundial, principalmente a partir dos três últimos decênios do século XX até essas três primeiras décadas do século XXI, os organismos internacionais vêm atuando na afirmação e disseminação desses modelos e perspectivas de gestão, de organização do estado e das novas bases para organização do mundo do trabalho. Destacam-se, nesse sentido, a atuação do Fundo Monetário Internacional (FMI); do Banco Mundial (BM), e no seu âmbito o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA ou AID), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além da própria Organização da Nações Unidas (ONU), por meio de instituições internas como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

O Brasil e a educação brasileira não estão imunes a essas mudanças. Em nossa história recente, a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002), vimos avançar o ideário neoliberal nos processos de organização do estado e das políticas educacionais. Nesse período foi levada à cabo a reforma gerencial do estado com Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado capitaneado por Bresser Pereira, com

ênfase na perspectiva do estado regulador e um modelo econômico fortemente voltado para o controle da inflação por meio do regime de *metas da inflação*, no qual o Banco Central passou a assumir um papel importante nessas políticas.

De outra parte, no campo das políticas sociais, toma forma as políticas conduzidas sob a perspectiva da descentralização, da privatização e da focalização. O avanço das parcerias público-privado em diferentes setores da vida social se intensifica, incrementando os processos de atuação do terceiro setor na formulação e implementação de políticas sociais por meio das chamadas organizações não-governamentais (ONG) e das organizações da sociedade civil (OSC). No caso específico do campo educacional, no contexto brasileiro, a partir de acordos firmados com o Banco Mundial, novas políticas tomaram forma e passaram a ser implementadas no campo do currículo, do financiamento da educação, da avaliação educacional.

Ainda no final do século XX, a partir da Carta Magna de 1988 e da nova lei de diretrizes e bases de 1996 (Lei nº 9.394/1996), se consolidou a avaliação externa, por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), criado em 1985, como um dos pilares das políticas de educação. Foi aprovada a Emenda Constitucional nº 14/1996, regulamentada pela Lei nº 9.424/1996, que instituíram o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), estabelecendo marcos regulatórios fortemente indutores da descentralização e municipalização das etapas iniciais da educação básica (educação infantil e ensino fundamental). Ainda neste período, foram aprovadas novas diretrizes para a organização dos currículos nacionais, tanto no âmbito da educação básica, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das Diretrizes Curriculares Nacionais para as diferentes etapas e modalidades de ensino, quanto também na educação profissional e na educação superior, por meio da definição de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os diferentes cursos de formação profissional e para os cursos de graduação.

Nesses primeiros decênios do século XXI esse processo está a se consolidar e se aprofundar por diferentes trilhas. A centralidade da avaliação externa como pilar das políticas educacionais é reafirmada, especialmente, a partir da criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) enquanto referência e indicador para parametrizar a qualidade da educação e do ensino de qualidade. A pedagogia de resultados, guiada pelas avaliações externas, se torna hegemônica no cenário educacional brasileiro. Como estratégia de aprofundamento desse modelo tem-se uma vinculação crescente entre as políticas de financiamento das escolas; os resultados alcançados pelos alunos nos testes padronizados das avaliações externas e a remuneração de seus.

Novas orientações para organização dos currículos na educação básica são definidas a partir da aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), orientada pela lógica instrumental e neotecnicista na educação. As parcerias público-privado se intensificam e ampliam se constituindo em estratégia central para, de um lado, possibilitar a ampliação na oferta da educação infantil por parte de muitos municípios e, de outro, alargar a oferta da educação profissional assegurada por meio do fomento e apoio a essa modalidade de ensino a partir convênios e parcerias firmadas entre os governos estaduais e instituições privadas que atuam especificamente nesta área.

Ao mesmo tempo avança na gestão educacional processos e práticas orientados pela perspectiva da Nova Gestão Pública (NGP), do gerencialismo, dentro de uma

perspectiva instrumental-operacional, orientada pela lógica do planejamento estratégico. Nesse sentido, destacam-se duas novas políticas que passaram a alcançar todos os sistemas e redes de ensino: o Programa Dinheiro Direto na Escola (PPDE-Interativo) e o Plano de Ações Articuladas (PAR), requisitos e ferramentas basilares na realização do regime de colaboração e das relações interfederativas entre União, Estados, Distrito Federal, Municípios.

Também orientado pela NGP e pelo gerencialismo, mas agora com o reforço à uma perspectiva conservadora e neoconservadora no campo educacional, vimos nesses primeiros decênios do século XXI a ampliação e aprofundamento nas parcerias entre o público e o privado no campo próprio da gestão das instituições públicas de ensino. Intensifica-se o discurso empresarial, com ênfase na responsabilização individual, seja de estudantes, docentes, gestores escolares, coetâneo com a valorização do espírito e do sujeito *empreendedor* no cotidiano das escolas públicas. A reforma empresarial da educação se enraíza. Isso é reforçado tanto em programas governamentais, como o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), quanto por meio de programas conduzidos por governos subnacionais, no âmbito de Estados, Municípios e Distrito Federal.

Desse modo, o que vemos se desenrolar no campo da gestão educacional no Brasil são processos e práticas de gestão que tem conduzido à responsabilização dos sujeitos, ao individualismo, à competição e competitividade como elementos estruturadores e orientadores da organização das escolas e do trabalho socioeducativo e pedagógico que nela se realizam. E Minas Gerais e a organização do sistema educacional das Geraes se constitui, em grande medida, em importante expressão e exemplo dessas mudanças na sociedade e na educação.

Com efeito, ao longo desses três últimos decênios, os governos estaduais em Minas Gerais vêm implementando políticas na organização do estado e da educação mineira que se orientam, precisamente, pelos fundamentos do neoliberalismo, do gerencialismo e da NGP. E aqui a reside a contribuição da presente obra, que traz a público importantes resultados decorrentes pesquisa coordenada pela professora Maria Simone Ferraz Pereira dentro do projeto de pesquisa “*A política educacional no Estado de Minas Gerais e a questão da qualidade: avaliação externa e gestão na centralidade da agenda mineira*” (Projeto Fapemig APQ-01517-21). Ela reúne os resultados de estudos e pesquisas realizados no referido projeto, articulando trabalhos desenvolvidos no âmbito da iniciação científica, do mestrado e do doutorado dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED-UFU), vinculados à Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação do PPGED-UFU. Por isso, esta obra é, também, a expressão de um trabalho coletivo de pesquisa, com denso valor formativo para os novos pesquisadores participantes do estudo.

O *lôcus* da pesquisa e suas bases metodológicas são delimitados a partir de uma análise do contexto político educacional de Minas Gerais, situado historicamente no contexto brasileiro mais amplo. Com esta delimitação inicial, a obra está estruturada em três partes.

A primeira parte, que recebe o título *Pressupostos teóricos da pesquisa: um convite ao diálogo*”, reúne os textos de Thamires Marques Machado; Sabrina Bucci Rosa; Lais Alice Oliveira Santos e de Lucia de Fatima Valente com Marcelo Soares Pereira da Silva e

Betania de Oliveira Ribeiro Laterza, traz discussões sobre o neoliberalismo, seus fundamentos históricos e sua relação com a educação; sobre os governos mineiros nos dois primeiros decênios do século XXI e sobre o debate em torno do conceito de qualidade na educação e os contornos da avaliação externa em Minas Gerais.

A segunda parte tem como temática “*A centralidade da avaliação na política educacional mineira*”. Nesta parte, os textos de Vanyne Aparecida Franco Freitas e de Jaqueline Barros Vidigal analisam importantes elementos que informam os contornos e desenvolvimento da reforma empresarial da educação em Minas Gerais e o caráter gerencialista que ela assume nas terras mineiras. Por sua vez, os trabalhos de Fernanda de Moura Almeida e de Mayara Duarte Pelegrini, respectivamente, se dedicam a analisar o lugar e implicações da avaliação externa nas políticas educacionais e na qualidade da educação nas Minas Gerais, com destaque para o SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública.

A terceira parte da obra: “*Programas e ações na educação básica como campo de pesquisa*” se debruça sobre programas e ações implementadas e conduzidas durante os governos de Romeu Zema no período de 2019 a 2024. Lara Cristina Evaristo Rodrigues juntamente com Vilma Aparecida de Souza; Ilana Freitas Nunes; Eduardo Danilo Ribeiro dos Santos Ravagnani com Maria Simone Ferraz Pereira e Silvani Aparecida Ribeiro de Paiva, nos respectivos trabalhos, analisam o Projeto Somar; o Programa Jovem do Futuro; o Projeto Trilhas de Futuro e a implementação da reforma do ensino médio com o apoio do PPDE-Interativo no período de 2017-2022.

Como se depreende, é uma obra abrangente e densa, que se torna indispensável para aqueles que pretendem compreender os caminhos das políticas educacionais em Minas Gerais nesses primeiros decênios do século XXI, e sua relação com os processos e transformações sociais, políticas, econômicas mais amplas que engendram a sociedade brasileira.

Fica, pois, o convite para adentrarmos a ela. Boa leitura a todos/as.

Marcelo Soares Pereira da Silva